

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras negocia venda de campo para australiana	2
Título: Destaques	3
Título: O risco de um Brasil sem a Eletrobras	4
Título: Naturgy contesta novo marco regulatório do Rio	6
Título: MPT e Vale fecham um acordo para indenizar famílias de Brumadinho	8
Título: Curtas	9
Título: Belo Sun tenta liberar mina de ouro no PA	10
Título: Preço do minério volta a superar US\$ 120/tonelada	12
Título: Excesso de estoque de açúcar é desafio para usinas do país	13
Título: Faturamento cresce no 1º tri	15
Título: Curtas	17
Título: Sem liquidez, Coruripe busca R\$ 800 mi com CRA em plataforma	17
Título: Créditos contra a União devem sair em mais ofertas.....	20
Título: Emissão de ações do Banrisul pode entrar na recuperação do RS.....	23
Título: Brasil atrasa pagamentos para fundo do mercado comum.....	24
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Vale vai pagar R\$ 700 mil a parentes por Brumadinho	26
VEÍCULO: O Globo.....	27
Título: Setor privado atenderá 50% da demanda por gás	27
Título: Cenário melhor e longe do ideal.....	29
Título: Rompimento na Bahia mostra que controle de barragens ainda é falho.....	31

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Rita Azevedo | Do Rio e São Paulo****Título: Petrobras negocia venda de campo para australiana**

A Petrobras confirmou ontem que a petroleira australiana Karoon Petróleo & Gás apresentou a melhor proposta pelo campo de Baúna, no bloco BM-S-40, em águas rasas da Bacia de Santos. Segundo a estatal, o negócio ainda está em fase de aprovação pelos órgãos de governança da empresa.

"Essa operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando à geração de valor para os nossos acionistas", informou a Petrobras, em comunicado divulgado ao mercado.

A Karoon também informou, em nota, ter recebido notificação da Petrobras comunicando sobre o resultado da concorrência, confirmando notícia publicada pelo portal especializado "Upstream".

Em comunicado, a australiana informou que "esta oferta está alinhada com a estratégia da empresa de criar valor para os acionistas, adquirindo um ativo de produção transformacional de alta qualidade". O valor da oferta, no entanto, não foi revelado.

O **Valor** apurou que, inicialmente, a petroleira brasileira PetroRio também havia participado do processo competitivo.

Segundo a Petrobras, o campo de Baúna iniciou a produção em fevereiro de 2013, atingindo o pico de produção de 76 mil barris diários de petróleo em setembro do mesmo ano. A produção média em janeiro de 2018 foi de 33,8 mil barris diários de petróleo. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção no campo de Baúna, em maio deste ano, foi de 20 mil barris diários de óleo. Todo o gás produzido no campo é reinjetado.

No Brasil, a Karoon possui seis blocos marítimos na Bacia de Santos. Os blocos estão localizados a cerca de 200 km da costa do Estado de Santa Catarina. A empresa tem duas descobertas realizadas no Brasil, com um total de recursos contingentes "2C" (com chances de 50% de serem alcançadas ou excedidas) de 82 milhões de barris de petróleo. Com a potencial aquisição de Baúna, esta será a primeira produção petrolífera da companhia no país.

A Petrobras também anunciou ontem que o conselho de administração da companhia aprovou a nomeação de Walter Mendes de Oliveira Filho para uma vaga no colegiado. A eleição de Mendes será submetida a aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária (AGE) marcada para 9 de agosto. Na ocasião, também será apreciada a eleição de Nivio Ziviani para o conselho.

Ex-presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), Walter Mendes é economista e foi membro do conselho de administração da Petrobras, eleito pelos acionistas minoritários, onde presidiu o comitê de auditoria estatutário. Ziviani, por sua vez, é engenheiro mecânico e doutor em ciência da computação.

Especialista em tecnologia da informação, Ziviani já havia sido indicado para o conselho de administração no início deste ano. No fim de abril, porém, a União havia recuado e retirado a indicação.

Mendes e Ziviani foram indicados no lugar de Durval José Soledade Santos e Jerônimo Antunes.

Na AGE, também será deliberada a proposta de retirada do regime de oferta pública e deslistagem das ações da Petrobras na bolsa de valores da Argentina. Segundo a empresa, a listagem deixou de ser vantajosa para a companhia.

Em maio deste ano, ações referentes a 0,2% do capital da Petrobras estavam custodiadas na Caja de Valores da Argentina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

A Petrobras informou ontem que iniciou a fase não vinculante referente à venda das refinarias Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco, Landulpho Alves (RLAM) na Bahia, Presidente Getúlio Vargas (REPAR) no Paraná, e Alberto Pasqualini (REFAP) no Rio Grande do Sul. Potenciais compradores habilitados receberão

um memorando descritivo com informações detalhadas sobre os ativos, além de instruções sobre o desinvestimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Roberto D'Araujo

Título: O risco de um Brasil sem a Eletrobras

A profunda crise fiscal pode provocar consequências para o futuro do Brasil ainda não percebidas. No pacote de soluções, a Eletrobras e suas subsidiárias, estão na lista de empresas que serão privatizadas. Mesmo considerando diferenças entre privatização pura e simples e a "capitalização" via perda de controle do Estado, o Brasil sairá de um seleto clube de países que contam com a hidreletricidade como base principal de sua matriz elétrica e, que, por isso mesmo, mantêm essas empresas sob o controle público.

Segundo dados do World Economic Forum, China, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Rússia, Noruega, Índia, Suécia, Venezuela e Japão são os 10 líderes da produção de hidreletricidade. Dentre esses, apenas Brasil, Canadá, Noruega, Suécia e Venezuela tem mais de 50% de sua energia nas usinas hidráulicas. O Japão é o único privado, mas suas hidráulicas respondem por apenas 7% da demanda. Portanto, com toda essa singularidade, caso o Brasil privatize a Eletrobras, será o único que adotou essa política. Será que os outros estão errados? Será que a luta contra a corrupção não é suficiente para permitir que tenhamos empresas públicas?

Se a privatização fosse uma experiência inédita no Brasil, poderíamos nos perdoar por cometer erros. Todavia, o Brasil já teve um longo processo de privatização na década de 90. Segundo dados do BNDES de 2008, a receita total das desestatizações desde 1990 chegou a US\$ 106 bilhões. A venda incluiu siderurgia, petroquímica, mineração, energia, saneamento, petróleo e gás, telecomunicações, financeiro e transportes. Ao contrário do esperado, a dívida pública bruta subiu de 37% para 67% do PIB no período 1995 até 2006. A carga fiscal subiu de 24% para 33%. Portanto, sem demonizar a privatização, é preciso saber que dilemas levaram um país vender tantos setores e ainda permanecer com graves desequilíbrios financeiros e desastres como os de Brumadinho.

A primeira dúvida que surge é a capacidade de estabelecer um sistema de regulação e fiscalização eficiente. Comparação das nossas agências reguladoras com o sistema americano nos deixa com sérias dúvidas se sabemos privatizar.

No setor elétrico, o FERC (Federal Energy Regulatory Commission) tem o triplo de especialistas da Aneel e ele nem significa a totalidade do sistema regulador, pois vários estados têm agências independentes.

Esse assunto é essencial, pois dados históricos coletados na Aneel mostram que, no período 95 - 2018, a tarifa média residencial subiu 60% acima da inflação. A tarifa industrial (das distribuidoras) superou o IPCA em 130%. Esses dados deveriam nos fazer entender que só vender empresas não significa um processo com objetivo público.

O curioso é que também se imagina um futuro cenário radicalmente diferente da nossa experiência dos últimos 20 anos quanto à independência e pujança do setor privado. No caso do setor elétrico, dados do BNDES e da Eletrobras mostram que, nesse período, cerca de R\$ 300 bilhões se originaram de empréstimos ou de parcerias com a estatal. Nos últimos 10 anos essa sujeição se acentuou atingindo cerca de R\$ 20 bilhões/ano. Portanto, se esses dados significam alguma coisa, a ausência da Eletrobras e a redução de apoio do BNDES podem gerar uma desagradável surpresa.

O interesse do capital está associado ao desmonte da tarifa, imposto pela intervenção da MP 579

O que muitos não entendem é que, mesmo com um crescimento da economia bem abaixo de países como a Coreia do Sul ou a China, o Brasil necessita no mínimo de 2.000 MW médios novos todos os anos. Isso significa duas usinas como Itumbiara de Furnas por ano, simplesmente a 9ª maior usina brasileira. Portanto, o mercado, que funciona bem em estabilidade, precisa ter mecanismos para contratar seu futuro. O nosso não os têm.

Quando o modelo admite que o mercado livre, que já representa 30% do consumo, capture as vantagens das hidrologias exuberantes ou de sobras, instala-se um ambiente que não incentiva a contratação de longo prazo. Resultado desse desinteresse, de 2008 até 2012, o consumo total ultrapassou os níveis de garantia e, se não fossem as sociedades privadas feitas com a Eletrobras, dois anos chuvosos e a contratação de térmicas caras, nós teríamos passado por um grande aperto no suprimento.

Na realidade, a Eletrobras sempre foi usada para remediar problemas do processo de privatização e mercantilização da energia. Primeiro foi obrigada a comprar distribuidoras rejeitadas pelo mercado na década de 90. Herdou as empresas do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia e Roraima, enquanto o setor privado acolhia as empresas de estados menos problemáticos. Depois do racionamento, por gerar hidreletricidade, foi obrigada a perder contratos e gerar energia por valores ínfimos capturada pelo mercado livre. Em seguida, é

usada para alavancar interesse de investidores privados com as parcerias e, por último, sofre praticamente sozinha a desastrada intervenção para reduzir tarifas artificialmente (MP 579) no governo Dilma. A marca registrada de todos esses passos é o sacrifício de receita da Eletrobras e a liberação do setor privado de qualquer responsabilidade ou esforço.

Com essa trajetória, injustamente e sem o devido cuidado nas comparações, a empresa é rotulada de "ineficiente", inclusive com a depreciação sobre seu corpo funcional. Basta consultar os dados das maiores geradoras mundiais no site www.power-technology.com para perceber que a estatal brasileira é a que tem menos empregados por capacidade instalada. Chega a menos da metade da EDF na França e da EON na Alemanha.

É preciso lembrar que o setor privado virá comprar ativos existentes. Como aconteceu na década de 90, nada novo será construído. Agora, dificilmente ocorreria um racionamento, pois a demanda está estagnada e temos uma "oferta" cara de térmicas. Mas é bom lembrar que o interesse do capital está associado ao desmonte da tarifa imposto pela intervenção da MP 579. Pode-se imaginar o que ocorrerá quando cerca de 14.000 MW deixarem de custar R\$ 40/MWh e passarem a cobrar R\$ 200/MWh.

Em 2016, a Agência Internacional de Energia, numa comparação de tarifas internacionais, usando o método de paridade do poder de compra, o único realmente válido, nos colocou como o 3º país de energia elétrica mais cara. Será que queremos ser campeões nisso também?

Roberto Pereira D'Araujo é diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Naturgy contesta novo marco regulatório do Rio

Naturgy, grupo espanhol que controla as distribuidoras de gás canalizado CEG e CEG Rio, entrou com embargos contra as mudanças no marco regulatório do gás natural no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a companhia, a revisão da regulação estadual "fere o acordo bilateral celebrado entre as concessionárias e o poder concedente".

Em junho, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) aprovou regras mais atrativas para a migração de clientes do ambiente regulado para o livre, no Rio. A adoção de regulações mais favoráveis à abertura do mercado de gás vem sendo tratada pelo governo federal como contrapartida para acesso dos Estados ao Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), o chamado Plano Mansueto.

As novas regras - que dependem de um aditivo ao contrato de concessão da Naturgy - flexibilizam uma série de regras para os clientes livres, autoimportadores e autoprodutores de gás. Dentre as principais mudanças está a redução do volume mínimo exigido para que um usuário migre para o mercado livre, dos atuais 100 mil metros cúbicos diários para o equivalente a 10 mil m³/dia. Na prática, significa que mais indústrias estão aptas a migrar de ambiente.

A Agenera propôs também novas regras para remuneração da Naturgy. A partir de agora, todos os clientes livres passam a pagar uma tarifa com descontos - relativos aos encargos de comercialização contidos na tarifa. Já aqueles usuários livres que sejam abastecidos por redes dedicadas, construídas especificamente para atender as suas instalações, pagarão às distribuidoras apenas as tarifas de operação e manutenção proporcionais aos investimentos que foram feitos no duto em questão. Antes, esse cliente pagaria uma tarifa cheia, como qualquer outro consumidor da rede. Assim, pequenos gasodutos construídos especificamente para atender aos consumidores livres tendem a pagar uma tarifa menor.

O órgão regulador fluminense também permitirá que um consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor de gás possam construir suas próprias redes.

"A eventual fixação de tarifa específica para os comentados novos agentes ensejaria o aumento da tarifa de toda a base de clientes restantes, como medida indispensável à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão", defende a Naturgy, no embargo declaratório apresentado à agência. O recurso ainda será avaliado pela Agenera, no próximo dia 30.

O diretor de estratégia e mercado da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça, disse que a nova regulação do Rio não é condizente com o contrato de concessão. "[A nova regulação] Cria um novo contrato. Criou mais confusão no mercado", afirmou.

A Abegás, segundo ele, ainda aguarda a posição final da Agenera sobre os embargos, mas vê nas mudanças propostas um risco de judicialização do tema. Para Mendonça, uma abertura radical do mercado de gás pode trazer impactos para o equilíbrio das concessões. Se a distribuidora perde margem, nas tarifas especiais para o consumidor livre, segundo ele, quem perde é o próprio mercado, já que sobem as margens para os demais clientes do mercado cativo - como residências e consumidores de gás natural veicular (GNV).

"O consumidor livre é o consumidor que adquire a própria molécula e contrata o serviço de distribuição. A gente é a favor do consumidor livre, que distribui minha exposição [da concessionária] no compromisso pela compra da molécula, mas qual será o impacto se ele [usuário livre] não pagar esse serviço de distribuição?", contesta Mendonça.

A Abegás também questiona os sinais econômicos dados pelo pacote de medidas de abertura do mercado apresentadas pelo governo federal. Mendonça cita a mudança na metodologia de cálculo da tarifa de transporte para o modelo de entrada-saída, que consiste numa espécie de cobrança pelo direito de injeção e retirada do gás da rede de gasodutos por zonas geográficas e que, em certa medida, aproxima as tarifas dos custos associados ao transporte - encerrando a tarifa postal, parcela única para todos os consumidores.

Segundo Mendonça, a proposta tende a encarecer a tarifa de retirada naquelas regiões mais distantes do ponto de injeção do gás. Com isso, a tendência é que os consumidores da região Sudeste, que abriga o maior mercado e é também o maior centro produtor de gás, paguem menos pelo gás - alimentando as desigualdades regionais.

"Isso cria um problema para trazer investimentos para outras localidades", afirma Mendonça.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: MPT e Vale fecham um acordo para indenizar famílias de Brumadinho

A mineradora Vale aceitou elevar o valor das indenizações a serem pagas às famílias de trabalhadores que morreram no início do ano na tragédia ocorrida na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais. A informação foi divulgada ontem à noite pela assessoria do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Minas Gerais.

A empresa firmou um acordo com o MPT pelo qual se compromete a pagar R\$ 700 mil individualmente, para cônjuge, filhos e pais de cada trabalhador morto.

O valor se refere à indenização por dano moral e ao seguro adicional por acidente de trabalho. Os irmãos das vítimas receberão, cada um, R\$ 150 mil.

O acordo, conforme o Ministério Público do Trabalho, foi homologado ontem pela 5ª Vara da Justiça do Trabalho, na cidade de Betim, que fica na região metropolitana de Belo Horizonte.

A proposta que a Vale havia feito algumas semanas depois da queda da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro, previa a indenização de no máximo R\$ 300 mil aos familiares das vítimas.

"Tomando como exemplo a situação de um trabalhador que deixou esposa, dois filhos, pai, mãe e dois irmãos, o grupo familiar vai receber o montante de R\$ 3,8 milhões", disse o MPT no início da noite de hoje por meio de nota.

Para reparar o dano material, o dependente dos trabalhadores mortos receberá pensão mensal vitalícia até a idade de 75 anos. "O acordo fixa indenização mínima de R\$ 800 mil, ainda que a renda mensal acumulada do trabalhador falecido não alcance tal projeção" diz a nota do MPT.

Pelo último boletim da Defesa Civil de Minas Gerais, divulgado no dia 5, o número de mortos decorrentes da tragédia estava em 246. Havia ainda 24 pessoas desaparecidas.

Para reparar o dano moral coletivo, a Vale, pelo acordo, desembolsará R\$ 400 milhões em 6 de agosto. "Considerado que é o maior acordo da história da Justiça do trabalho em termos de valores de indenização a dano moral individual", disse ao **Valor** o procurador do MPT, Geraldo Emediato de Souza, coordenador do grupo que atuou no caso de Brumadinho. "É um excelente acordo e um precedente histórico para a Justiça do Trabalho", afirmou o procurador.

Até o fechamento desta edição, a Vale não havia se manifestado a respeito dos termos do acordo divulgado pelo MPT de Minas Gerais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Renova e BNDES

A Renova Energia chegou a um acordo com o BNDES para estender, para 15 de agosto, a data do vencimento de um empréstimo-ponte tomado do banco para a execução das obras do complexo eólico Alto Sertão III. A dívida de R\$ 960 milhões, que venceria hoje, passou para um montante de R\$ 988 milhões. A Renova fechou um acordo para venda do complexo eólico para a AES Tietê, mas a operação ainda depende do aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que ainda pode cassar a outorga do projeto.

Fitch eleva Light

A agência de classificação de riscos Fitch Ratings elevou a perspectiva dos ratings da Light de negativo para estável, ao mesmo tempo em que afirmou as notas de longo prazo, em moeda local e estrangeira, em "BB-". O rating em escala nacional foi afirmado em "A+(bra)". A decisão foi tomada após a companhia realizar uma oferta subsequente de ações, que resultou na captação primária de R\$ 1,87 bilhão. Segundo a Fitch, a operação melhorou o perfil financeiro da Light.

Produção da Rio Tinto

A produção de minério de ferro da anglo-australiana Rio Tinto na região de Pilbara, na Austrália, caiu 7% no segundo trimestre de 2019 ante o mesmo período de 2018, para 79,7 milhões de toneladas. As exportações recuaram 3%, para 85,4 milhões de toneladas, impactadas em abril devido obras para recuperação da unidade após o ciclone tropical Veronica. No semestre, a produção de minério de ferro em Pilbara caiu 8%, para 155,7 milhões de toneladas, e as exportações recuaram 8%, para 154,6 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: Belo Sun tenta liberar mina de ouro no PA

A mineradora canadense Belo Sun ainda não conseguiu superar, na Justiça, os entraves para o início das obras do projeto Volta Grande - um empreendimento bilionário para a exploração de ouro em Senador José Porfírio (PA), região do Xingu, anunciado há mais de seis anos.

Na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, publicou o acórdão de um julgamento que manteve suspensa a Licença de Instalação (LI) concedida em 2017 pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará.

Por unanimidade, o tribunal entendeu que a empresa precisa apresentar um Estudo de Componente Indígena (ECI) condizente com as diretrizes da Fundação Nacional do Índio (Funai), o que ainda não ocorreu.

A Belo Sun chegou a elaborar um ECI em 2016, que acabou sendo rejeitado pela Funai. Na ocasião, a mineradora - que pertence ao grupo canadense Forbes & Manhattan, um banco de capital privado que desenvolve projetos internacionais de mineração - disse que, para complementar o estudo, visitaria terras indígenas e realizaria entrevistas com representantes das comunidades tradicionais da região.

Há cerca de dois anos, os indígenas de Volta Grande do Xingu - região que já sofre os impactos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte - elaboraram um protocolo de consulta no qual alertam sobre os riscos que empreendimentos de tamanha envergadura trazem para a sua sobrevivência.

"Perdemos nossa principal fonte de alimentação e renda, que era a pesca artesanal e de peixes ornamentais. Não sabemos como ficarão o rio, os bichos, a floresta e nem a gente daqui para frente", escreveram.

Procurada pelo **Valor**, a empresa disse que não faria comentários sobre o andamento do ECI - e informou que, no momento, está "inteiramente focada na liberação" da licença de instalação, documento que permite o avanço inicial da obra.

Ao longo dos últimos anos, o ambicioso projeto entrou na mira do Ministério Público Federal (MPF) do Pará, que viu inconsistências nos relatórios de impacto ambiental formulados pela mineradora. Além disso, os procuradores têm insistido na Justiça para que a emissão das licenças seja uma atribuição federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e não estadual.

A celeuma judicial atrasou os planos da subsidiária da canadense Belo Sun Mining Corp, que calculava obter a licença no primeiro semestre de 2013 e começar a exploração efetiva do ouro a partir do primeiro trimestre de 2015. A empresa estima que a lavra do ouro nas margens do rio Xingu avance por até 20 anos, com previsão de que, na metade deste tempo, sejam reviradas 37,8 milhões de toneladas de minério tratado.

Neste momento, está válida a decisão judicial segundo a qual competência para o processo de licenciamento de Volta Grande é do governo paraense, e não do Ibama. Contudo, esse ainda é um entendimento provisório.

Ouvidos reservadamente pelo **Valor**, procuradores que atuam no processo estimam que o TRF-1 deva dar uma decisão final sobre esse conflito até novembro. O tribunal, no entanto, não deu previsão de data.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Preço do minério volta a superar US\$ 120/tonelada

Os preços do minério de ferro voltaram a ganhar força no mercado transoceânico, após a divulgação de dados positivos da economia chinesa e, em especial, da produção de aço no país asiático. Com o impulso de ontem, a cotação à vista voltou a superar o nível dos US\$ 120 por tonelada, que havia sido perdido no fim da semana passada.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 1,8%, ou US\$ 2,12, para US\$ 121,41 por tonelada. No mês, a commodity exibe alta de 2,5%. No ano, o ganho acumulado chegou a 67%.

O Escritório Nacional de Estatísticas da China informou que a produção diária de aço em junho alcançou novo recorde. No mês, foram produzidas 87,53 milhões de toneladas da commodity siderúrgica, com alta de 10% na comparação anual. Diante disso, no primeiro semestre, a produção chinesa de aço chegou a 492,17 milhões de toneladas, 9,9% acima do volume alcançado no mesmo período do ano passado.

Ao mesmo tempo, o governo informou que o Produto Interno Bruto (PIB) chinês subiu 6,3% na primeira metade do ano, o que impulsionou os contratos futuros de minério e aço. Para Carsten Menke, chefe de pesquisa do banco suíço Julius Baer, o dado veio acima do esperado, mas não deveria gerar tanto otimismo no que diz respeito a metais industriais.

"Concordamos e acreditamos que a demanda de metais chineses é suficientemente sólida para sustentar os preços, mas não é forte o suficiente

para empurrá-los para cima", escreveu Carsten em comentário a clientes, reiterando a visão neutra do banco quanto aos metais.

Ao mesmo tempo em que o governo chinês se abstém de maiores estímulos à infraestrutura de base ampla, a dinâmica do setor imobiliário no país não está clara. " No geral, compartilhamos a visão dos mercados de metais e não acreditamos que os dados representem um ponto de virada para os preços", acrescentou.

No mercado físico de minério, porém, participantes voltaram a temer um aperto maior na relação entre oferta e demanda de minério, o que levou à retomada da trajetória de alta. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com vencimento em setembro subiram 22 yuans, para 895 yuans por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Excesso de estoque de açúcar é desafio para usinas do país

Diante da redução do protagonismo do Brasil no comércio global de açúcar e do endividamento excessivo de alguns dos principais grupos sucroalcooleiros do país, a capacidade industrial do setor poder sofrer um "enxugamento" no médio prazo, segundo usineiros, executivos e analistas.

Embora existam oportunidades de longo prazo para os grupos em melhor situação financeira - o RenovaBio deve estimular a produção de etanol -, as usinas do Centro-Sul enfrentam a concorrência do açúcar asiático e podem ter um crescimento limitado em etanol de cana devido à ascensão do etanol de milho na região Centro-Oeste.

A dificuldade atual é a sobreoferta de açúcar no mundo. Mesmo que se confirmem as estimativas de déficit na safra global 2019/20, que começa em outubro, os estoques estão mais folgados após dois ciclos que acumularam um excedente de 11 milhões de toneladas. Pelas últimas estimativas da Organização Internacional do Açúcar (OIA), os estoques finais da atual safra baterão o recorde de 94 milhões de toneladas, suficientes para seis meses de consumo.

A sobreoferta de açúcar decorre em grande parte dos subsídios indianos, que tiraram o Brasil da liderança da produção e estão sendo questionados na Organização Mundial do Comércio (OMC). Mesmo a liderança brasileira em

exportações vem caindo. Pelas últimas estimativas da OIA, Índia e Tailândia representarão 28% das exportações de açúcar na temporada 2018/19, ante 31% do Brasil. Duas safras atrás, essas participações eram de 14% e 45%, respectivamente.

Não bastasse o estoque abundante, importantes grupos do setor sofrem com a estrutura da capital inadequada, em parte fruto dos agressivos investimentos feitos na década passada. Parte dessa crise também está associada ainda ao congelamento dos preços da gasolina no governo Dilma Rousseff, que prejudicou a rentabilidade do etanol.

"O setor saiu de 200 milhões de toneladas de capacidade em 2000 para 600 milhões de toneladas, foi para áreas que não tinham a mesma eficiência das áreas originais e o custo marginal foi crescendo, acreditando-se que a receita marginal seria igualmente recompensadora. Agora, a indústria tem que tirar os players menos eficientes para voltar a crescer", afirmou o analista Thiago Duarte, do BTG Pactual, em apresentação feita em evento em São Paulo.

No setor, a perspectiva de que mais usinas vão fechar as portas foi reavivada neste ano pelos pedidos de recuperação judicial dos grupos Santa Terezinha e Atvos, braço sucroalcooleiro da Odebrecht. De acordo com levantamento da consultoria RPA, atualmente 90 unidades do setor estão submetidas a recuperação judicial. Dois anos atrás, eram 52. Também há mais unidades paradas: 101, ante 97 um ano atrás.

Para empresários e executivos ouvidos pelo **Valor**, mais pedidos de proteção contra credores podem surgir, sobretudo de grupos menores, dificultando a situação de quem há tempos pendurou a placa de "vende-se" à porta, mesmo sem estar protegido de credores.

A Santa Terezinha está operando em sete de suas nove unidades e ainda não apresentou seu plano de recuperação. Para um usineiro paulista, que preferiu não ser identificado, a companhia tem unidades com pouca escala e custo elevado que dificilmente atrairão um comprador. O grupo paranaense pediu proteção judicial em março.

A Atvos, que está operando em oito de nove usinas, deve apresentar um plano até o fim do mês. Conforme apurou o **Valor**, cogita-se manter os ativos. Um executivo de uma grande companhia, que pediu anonimato, acha difícil que a Atvos conseguir vender usinas na "última fronteira" da cana, o Centro-Oeste. Procurados, os dois grupos não quiseram comentar.

Os grupos que entraram em recuperação judicial não são os únicos em dificuldades. A Biosev, controlada pela multinacional francesa Louis Dreyfus

Company (LDC), já vendeu duas usinas e mantém fechada uma das nove com que ficou. Para uma fonte que acompanha a empresa, se ela não vender nenhuma usina, terá que fechar plantas ou fazer novo aumento do capital.

Procurada, a Biosev disse que "não há nenhuma negociação de venda de unidades em andamento ou plano para fechamento de usinas" e que, "em caso de alguma alteração neste cenário, o mercado será devidamente informado".

A americana Bunge é outra que sinaliza o interesse em sair ou reduzir sua presença no setor de açúcar e etanol no Brasil. No ano passado, tentou fazer uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na B3, mas acabou desistindo diante da falta de interesse. Bancos seguem buscando alternativas para a Bunge. Na semana passada, a agência Bloomberg informou sobre negociações para uma possível fusão com a área sucroalcooleira da britânica BP. Procurada, a Bunge informou não comentar rumores.

Apesar dos desafios de curto prazo, os grupos em melhor situação financeira vão poder se aproveitar de uma reversão no cenário de preços do açúcar - neste ano, a commodity subiu 10%. "Mas mesmo que suba mais, é preciso ter crédito para aproveitar, e poucas usinas têm", disse um usineiro de Ribeirão Preto. Para o diretor de agronegócios do Itaú BBA, Pedro Fernandes, há um grupo de 47 empresas que não teriam problemas de se endividar e ampliar a capacidade de moagem.

Na avaliação de Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), o momento de fechamento de usinas já terminou. "O que acontece agora é uma mudança na área agrícola. Canaviais de usinas que fecham passam a outras empresas". Quem já fechou as portas, no entanto, dificilmente voltará a operar, avaliou. "Se 20% voltar já é muito", afirmou Padua.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Faturamento cresce no 1º tri

O primeiro trimestre da safra 2019/20 no Centro-Sul fortaleceu o caixa de muitas empresas do setor, marcando um cenário bem distinto do observado na temporada passada. Apesar da produção de açúcar e etanol estarem menores, os valores obtidos com as vendas dos dois produtos foram mais remuneradores.

A consultoria FG/A, sediada em Ribeirão Preto, estima que o faturamento com vendas de açúcar e etanol no trimestre tenha superado em média 26,5% o resultado do mesmo período da safra 2018/19.

A estrela do trimestre foi o etanol. Com vendas que têm batido recordes mensais e que, em maio, superaram a "mítica" barreira dos 2 bilhões de litros no caso do hidratado, as usinas ainda se beneficiaram de preços mais elevados. Considerando as variações de etanol hidratado e do anidro, o valor médio obtido com a venda do biocombustível no trimestre superou em 8,4% o preço médio de um ano atrás, de acordo com a FG/A.

O volume de vendas de etanol no país, por sua vez, superou em 22% a quantidade vendida no primeiro trimestre da safra passada, para 7,8 bilhões de litros de hidratado e anidro, de acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Apenas as vendas de hidratado somaram 5,7 bilhões de litros, aumento de 1,3 bilhão de litros. É como se as vendas do período tivessem ocorrido com um mês a mais de consumo do que o de costume.

As vendas de maio foram particularmente agressivas porque, como as usinas começaram a safra com baixos estoques e as chuvas de abril atrasaram a colheita, houve demora para repor estoques das distribuidoras e do etanolduto, explicou Martinho Ono, diretor da trading SCA.

O peso do etanol na composição do faturamento foi ainda maior porque as usinas estão maximizando a produção do biocombustível. Do caldo da cana moída no Centro-Sul, 65,3% foi para produzir etanol.

O açúcar também pode ter oferecido boa remuneração, dependendo da estratégia de cada usina. A disparada do dólar em momentos recentes pode ter favorecido o valor de fixação antecipada das vendas efetivadas no último período, segundo William Hernandez, sócio da FG/A.

Em dólares, a receita com as exportações ainda foi menor. De abril a junho, os embarques de açúcar bruto renderam R\$ 1,171 bilhão, 9% a menos do que um ano antes, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). O volume embarcado representa pouco menos da metade (45%) da produção do período reportada pela Unica.

Já no mercado interno - que absorve um terço da produção nacional -, o indicador Cepea/Esalq para o açúcar cristal em São Paulo ficou em R\$ 66,87 a saca quilos no trimestre, alta de 20,2% ante a média de igual intervalo da safra passada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/07/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Tabela do frete

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, avalia que a nova tabela de preço do frete rodoviário, prevista para ser publicada até fim desta semana, será "bem recepcionada pelo mercado". Os valores mínimos do frete rodoviário, discriminados por modalidade de carga, distância e tipo de veículo, estão sendo preparados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). "Estamos com uma agenda de trabalho bastante grande para evitar novas paralisações", afirmou o ministro se referindo ao movimento dos caminhoneiros que paralisou o país no ano passado. Ele disse que a ANTT continuará usando o mecanismo que reajusta a tabela sempre que o diesel sofre forte alta e voltou a dizer que a situação dos caminhoneiros só será resolvida de forma definitiva quando a economia se recuperar, o que deve impulsionar a demanda por transporte rodoviário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/07/2019**Seção:** Finanças**Autor:** Ana Paula Ragazzi | De São Paulo**Título:** Sem liquidez, Coruripe busca R\$ 800 mi com CRA em plataforma

Uma usina de açúcar e álcool de Alagoas, chamada Coruripe, está levantando R\$ 800 milhões no mercado por meio de um certificado de recebíveis do agronegócio (CRA). A oferta foi estruturada pela XP e está sendo vendida em sua plataforma para investidores qualificados, com pelo menos R\$ 1 milhão em aplicações financeiras. A operação chama a atenção do mercado por duas razões. Uma delas é o fato de a Coruripe estar em uma situação financeira frágil. A captação de recursos por meio desse CRA é crucial para solucionar problemas de liquidez de curto prazo da usina. A outra questão é que a Coruripe deu como garantia para esse CRA créditos que estima ter a receber por conta de uma ação que move contra a União por perdas que teve com políticas governamentais que interferiram nos preços praticados no setor na década de 1980.

Na avaliação de especialistas, entender - a ponto de tomar uma decisão de investimento - os números da Coruripe, as garantias oferecidas e a estruturação dessa oferta exige uma análise bastante sofisticada. Ainda que o produto esteja sendo oferecido ao varejo qualificado, analistas acreditam que esse seria um papel mais adequado para um gestor especializado em títulos de alto risco. "Não tenho nada contra o CRA da Coruripe, só não acho que seja um produto de plataforma", diz um gestor.

O CRA atrai o investidor pessoa física, porque conta com o incentivo fiscal. O produto surgiu para estimular o financiamento aos produtores rurais, que embalsamariam em um título seus recebíveis contra grandes empresas para vender a investidores no mercado. Com o passar do tempo e os ajustes de mercado, transformou-se em uma espécie de debênture que a empresa emite para uma securitizadora. O investidor corre o risco de financiamento da empresa emissora e não dos recebíveis - nesse último formato, o CRA é muito utilizado pelas grandes do setor que, por conta do incentivo fiscal, captam a custos menores.

A questão é que essas grandes que emitem CRAs têm notas "A" ou "AA" das agências de avaliação de risco, o que indica baixo risco de crédito. No caso da Coruripe, a Standard & Poor's rebaixou a nota da usina em outubro do ano passado. O rating de crédito de emissor de longo prazo na escala global passou de "B+" para "B-". O rating de crédito de emissor de longo e curto prazos da empresa na escala nacional saiu de "brAA-/brA-1+" para "brBBB-/brA-3". As notas têm perspectiva negativa.

O analista Bruno Matelli, da S&P, afirma que a Coruripe é uma empresa em situação delicada e que permanece com questões de liquidez a enfrentar no curto prazo - próximos 12 meses. A emissão do CRA, segundo ele, ajudou a empresa a enfrentar uma situação mais aguda de vencimentos entre maio e junho. Por essa razão, a nota da usina não foi rebaixada. Mas como o problema de liquidez permanece, e a emissão do CRA ainda está aberta, também não houve razão para tirar o viés negativo da nota.

"O rating de outubro refletia a quantidade de vencimentos entre maio e junho e a possibilidade de a empresa quebrar 'covenants' [compromissos financeiros]. Como ela conseguiu, com recursos desse CRA, fazer os pagamentos e também obteve perdão dos credores, não rebaixamos a nota", afirma Matelli.

A nota "B-" da Coruripe em escala global é uma antes da "CCC", que indicaria problemas na estrutura de capital da companhia.

A oferta do CRA da Coruripe tem distribuição continuada. Pode ficar aberta na plataforma da XP por até seis meses - até novembro - ou até alcançar o valor pretendido. À medida que os investidores vão comprando os papéis, os recursos vão entrando no caixa da companhia. Como o dinheiro em caixa não é carimbado, as informações que circulam são de que os recursos da captação estão sendo usados para reduzir o endividamento - inclusive pagando a emissão de outro CRA, de cerca de R\$ 200 milhões, que a usina colocou no mercado no meio do ano passado.

No prospecto da operação, a Coruripe diz que os recursos seriam usados para pagar os custos da emissão e a compra de insumos agrícolas necessários à produção e industrialização de cana-de-açúcar. O CRA, por definição, só pode ser usado para financiar atividades ligadas ao agronegócio.

Endividada, Usina Coruripe foi rebaixada pela S&P em outubro, com perspectiva negativa

O **Valor** apurou que a tese que tem atraído investidores é a de que, uma vez que a empresa solucione a questão do endividamento, conseguirá uma elevação do rating e, dessa forma, o CRA terá seu preço valorizado no mercado secundário. O prospecto da oferta alerta que a negociação dos CRAs no mercado brasileiro é ainda restrita.

Esse papel não conta com acompanhamento específico do mercado. O único relatório de análise da operação foi feito pela equipe da Eleven Financial. A recomendação da casa para seus clientes é a de não fazer o investimento. Na avaliação da Eleven, a Coruripe possui baixa probabilidade de atingir perfil adequado de liquidez e crédito no médio prazo, mesmo após concluir essa captação.

Nos cálculos dos analistas Odilon Costa, Gabriel Fusco e Diana Stuhlberger, a geração de caixa operacional da Coruripe seguirá estável ao longo das próximas duas safras. O cenário base considera que o fluxo de caixa livre será entre R\$ 125 milhões e R\$ 150 milhões ao ano no período. Mas eles apontam que a necessidade de recursos para renovação do canavial da usina deve consumir cerca de R\$ 500 milhões ao ano até 2021.

Ainda conforme o relatório, o colchão de liquidez atual (R\$ 510 milhões) e a geração orgânica de caixa são insuficientes para amortizar as obrigações da usina que vencem neste ano e no próximo. "Embora a emissão do CRA seja crucial para 'destravar' a rolagem de dívidas de curto prazo (R\$ 1 bilhão), a

liquidez da empresa continuará apertada nas próximas colheitas", destaca a Eleven. Parte significativa das dívidas da Coruripe vence em 2020 e 2021 (R\$ 665 milhões) e 2021 e 2022 (R\$ 624 milhões). A Eleven considera que outros exercícios de reperfilamento ainda serão necessários para assegurar a solvência da empresa no médio prazo.

Com relação aos covenants, a Eleven aponta que a Coruripe ainda tem outros por vencer e deverá continuar tendo de negociar "waivers" (perdões), com "disputas" de garantias com outros credores, que podem acarretar em aceleração de dívida, restrições ao financiamento ao longo das próximas safras e/ou uso indevido dos recursos oriundos do CRA. "Os recursos do CRA podem ir diretamente para serviço de dívida - o que parece estar acontecendo - em vez de alocação em atividades do agronegócio", escreve, também, a Eleven.

A dívida líquida da Coruripe é de cerca de R\$ 2 bilhões e metade está atrelada ao dólar. O comportamento da moeda americana em relação ao real e a queda nos preços do açúcar levaram a empresa às dificuldades atuais - fatores que acabam sendo desafiadores para todas as empresas desse segmento. O ponto positivo da emissão do CRA é que ele pode reduzir o endividamento em dólar da usina para cerca de um terço, o que poderá ser mais favorável para as suas finanças.

Além disso, a Coruripe tem trabalhado para aumentar a participação de etanol e da cogeração em suas receitas, para diversificar seu negócio, hoje ainda mais atrelado ao açúcar. A empresa tem unidades industriais em Minas e Alagoas, em condições diferentes da maioria do setor, que tem operações no centro-sul.

Se houver excesso de demanda, o CRA poderá chegar a até R\$ 960 milhões. O valor mínimo para a compra é de R\$ 10 mil.

Procurados pelo **Valor**, XP, Coruripe e o Souza Cescon Advogados não deram entrevista, alegando período de silêncio obrigatório para as ofertas regidas pela Instrução 400 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Créditos contra a União devem sair em mais ofertas

No início do ano, usinas representadas pela Copersucar começaram a receber da União uma indenização por perdas com o tabelamento de preços do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1980. O precatório é da ordem de R\$ 5,6 bilhões. O início desses pagamentos causou alvoroço no setor: a estimativa é que estejam na Justiça mais de 300 ações como essa. Como a Copersucar saiu vitoriosa, outras usinas esperam o mesmo desfecho.

Nos últimos anos, esses "créditos do IAA" vêm sendo inseridos no mercado de capitais. Algumas usinas, menos esperançosas com o tempo para a solução do caso ou porque precisaram antecipar recursos, optaram por vendê-los a casas especializadas na compra desse tipo de recebível. Mas outras estão querendo agora usar esses papéis como garantia para levantar recursos em operações estruturadas. A primeira oferta que está sendo levada a mercado é a da Usina Coruripe, um certificado de recebível do agronegócio (CRA) de R\$ 800 milhões, estruturado e distribuído pela XP. Mas fontes informam que há outras ofertas sendo embaladas - estima-se que todas as causas superem R\$ 30 bilhões.

Essas ações surgiram porque, nos anos 80, o IAA fez uma intervenção no setor mudando a metodologia de cálculo para os preços de álcool e etanol. As usinas alegaram na Justiça que tiveram perdas com a medida. Advogados ouvidos pelo **Valor** afirmam que as chances de ganho das empresas são grandes, embora a União sempre tenderá a atuar para protelar os pagamentos. E os processos devam ser analisados caso a caso.

Guilherme Fontes Bechara, sócio do Demarest Advogados, diz que um ponto principal a ser observado se refere à forma de cálculo do prejuízo obtido pelas usinas. Até 2014, ele diz, vigorou um entendimento de que bastaria uma conta simples para se chegar ao valor devido às usinas. Era só calcular a diferença entre o valor que elas estavam cobrando e o novo preço determinado pelo governo e, em seguida, multiplicar pela produção de cada uma. Só que, a partir de 2014, a União questionou essa conta, afirmando que a usina deveria comprovar o prejuízo. Essa segunda modalidade torna a conta mais complexa e serviria para protelar pagamentos.

Thiago Giantomassi, do Demarest, avalia que o investidor deve analisar com atenção operações que saírem com esse formato. "É preciso entender o risco de crédito da usina, seja ela qual for, e o status do processo IAA dela. A análise deve ser de ambos." Os advogados do Demarest explicam que são muitos processos e que estão em diversas fases. A Copersucar, que já saiu, se encaixa nessa conta simples, daí o pagamento já ter sido iniciado. Outro ponto a ser analisado é se a usina tem alguma dívida fiscal.

No caso da Coruripe, a empresa informa no prospecto que ainda não há "definição acerca do critério de atualização dos valores devidos pela União, o

que tem impacto direto na determinação do valor representado pela cessão desses recebíveis". Pela redação, a empresa sinaliza que espera pela definição do índice de correção dos valores a serem pagos. Não há comentário específico sobre se o caso dela se encaixa na conta simples, que vigorou até 2014 ou não. Mas algumas fontes que examinaram a operação entendem que pelo estágio da ação ela se enquadraria no mesmo caso da Copersucar.

A Coruripe informa que suas ações estão atualmente em curso e, portanto, sujeitas a revisões e decisões nos respectivos tribunais e não é possível precisar nem o valor da indenização nem quando ela será paga. Ela também informa que cálculos feitos pelo José Mucio Monteiro Neto Advogados Associados estimam o valor em R\$ 2,8 bilhões. Assim que esse dinheiro sair, ele fica comprometido com o CRA e poderá ser utilizado para pré-pagar papéis, além de ajudar a aliviar o caixa da empresa.

Alguns investidores que olharam a operação informaram que essa garantia, que no caso da Coruripe ainda não se transformou exatamente num precatório, é umas das melhores possíveis, por ser um crédito contra a União.

A própria XP, afirmam essas fontes, teria sido bastante diligente na análise da ação e nas possibilidades de ganho de causa da Coruripe. A usina vendeu outros três CRAs no mercado, com prazos até três anos e no valor máximo de R\$ 200 milhões - todas essas operações foram sem garantias. Nesse CRA específico, a garantia teria sido acrescentada pelo volume (R\$ 800 milhões) e prazo maior (seis anos) da operação. Uma questão a se avaliar e acompanhar é se o recebimento desse precatório poderá ser relevante ou não para a manutenção das operações da empresa. Ou ainda se a usina tiver alguma dificuldade antes de o precatório sair, de que forma será tratada essa garantia do ponto de vista dos investidores do CRA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor:

Título: Curtas

Religação de energia

A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 6190 contra a Lei nº 1.233, de 2008, do Estado de Roraima. A norma proíbe a cobrança de taxa de religação de energia elétrica e de água em caso de corte de fornecimento por falta de pagamento e impõe multa às concessionárias que

descumprirem a regra. Na ADI, a associação alega usurpação, pela Assembleia Legislativa de Roraima, da competência privativa da União para legislar sobre os serviços de energia elétrica (artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal). Argumenta também que a proibição de cobrança de taxa de religação gera "grave impacto econômico" para a concessionária, pois os custos de religação não foram incluídos no cálculo tarifário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Emissão de ações do Banrisul pode entrar na recuperação do RS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu para analisar a possibilidade de inclusão da operação de oferta secundária subsequente de ações do Banrisul dentro do programa de recuperação fiscal, o qual o Estado do Rio Grande do Sul negocia a adesão com o governo federal.

A leitura inicial da área técnica do ministério era de que isso não era possível pelo texto da "Lei de Falência dos Estados" e que só seria aceitável uma privatização propriamente dita, com perda de controle do banco pelo Estado. Mas há avaliação de que existe possibilidade de o ministro excepcionalizar esse caso e dispensar a privatização, considerando apenas a oferta subsequente como parte do programa de recuperação do Estado.

Na semana passada, o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), se reuniu com Guedes para conversas preliminares sobre a tentativa de um acordo, processo que se arrasta desde 2017. Nessa reunião foram apresentadas algumas alternativas de propostas de ação do Estado para conseguir fechar um acordo de recuperação com o Tesouro.

Atualmente, apenas 1,87% das ações com direito a voto do banco estão em mercado. Há outro grupo de ações sem direito a voto que pode ser convertido em ordinárias (PNA). Ao preço do último fechamento, uma venda de cerca de 47% das ações com direito a voto renderia perto de R\$ 2,5 bilhões ao Estado gaúcho.

Esse valor, contudo, não pode ser tomado como preciso porque os preços das ações variam e não se sabe exatamente qual o volume será de fato ofertado

pelo Rio Grande do Sul aos investidores. Atualmente, o valor de mercado do banco é de R\$ 10,1 bilhões, segundo a área de relações com investidores.

De qualquer forma, para o governo gaúcho a sinalização favorável do Ministério da Economia já é positiva e aumenta o otimismo com a possibilidade de acordo ainda neste ano. Os técnicos do Estado consideram que não faz sentido que o programa de recuperação não considere essa receita nas projeções para o ajuste fiscal do Estado, dado que ajudará a pagar despesas e aliviar as dificuldades financeiras locais.

A questão do Banrisul é uma queda de braço com o governo federal desde 2017, quando as tratativas para adesão à "Lei de Falências dos Estados" começaram. Os técnicos da equipe econômica entendem que, sem privatização total do banco, as contas ficam mais difíceis de serem fechadas, além da questão legal propriamente dita de não se prever a possibilidade de inclusão de oferta secundária de ações.

Por outro lado, a privatização dessa instituição é um problema político local, que levou ao atual governador a se comprometer na campanha de 2018 a não se desfazer do controle da instituição. Seu antecessor, José Ivo Sartori (PMDB), também se recusou a incluir o banco no pacote de vendas para compor o ajuste fiscal.

Enquanto a questão do banco ainda depende de um entendimento entre os governos federal e estadual, a administração gaúcha conseguiu avançar no processo de privatização de outras três companhias, em que não há tanta polêmica: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

O Estado é um dos que têm pior situação fiscal do país, juntamente com Rio de Janeiro, que já está no programa de recuperação fiscal da União (embora já deixando de cumprir algumas metas), e Minas Gerais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Santa Fé

Título: Brasil atrasa pagamentos para fundo do mercado comum

Criado na década passada sob pressão do Paraguai e do Uruguai, que reclamavam das assimetrias no bloco, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) agoniza. A ideia era distribuir recursos dos sócios maiores às duas pequenas economias da região, financiando projetos de desenvolvimento a fundo perdido (sem necessidade de devolução), em um mecanismo inspirado nas práticas da União Europeia.

O Brasil, responsável por 70% dos aportes no Focem, deixou de fazer suas contribuições de 2014 e 2015. Até hoje a situação não se regularizou, e o governo brasileiro acumula dívida de quase R\$ 400 milhões (exatos US\$ 102,5 milhões) com o fundo, conforme informou o Ministério da Economia ao **Valor**. A seleção de projetos ficou estancada.

Uma das principais obras já financiadas pelo Focem foi a linha de transmissão entre a usina binacional de Itaipu e Assunção, que livrou a capital paraguaia dos constantes apagões. Também recebeu recursos a construção de uma estação conversora de energia no Uruguai, que permite interconexão elétrica com o Brasil. Na área de saneamento básico, houve dinheiro para redes de coleta de esgoto em áreas fronteiriças no Mercosul.

O fundo, que surgiu em 2004, tem previsão orçamentária de US\$ 100 milhões por ano. A divisão de aportes obedece, grosso modo, à proporcionalidade das economias do bloco: 70% do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai. Os quatro países - além da Venezuela, que colaboraria com US\$ 27 milhões adicionais, mas foi suspensa - aprovaram em 2015 uma extensão da vigência do Focem por mais dez anos. Só que o acordo assinado pelos presidentes precisa ser aprovado pelos respectivos Parlametos, o que ainda não aconteceu.

O calote brasileiro teve início no governo de Dilma Rousseff, continuou na gestão Michel Temer e se manteve sob Jair Bolsonaro. "Pesou para o não pagamento o fato de que o volume de desembolsos no período revelou-se aquém do esperado, de sorte que o fundo dispõe de recursos mais do que suficientes para fazer frente às atuais necessidades", justificou, em nota, a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

"Com base nisso, e em razão das restrições orçamentárias vigentes, houve um consenso no governo de que faria mais sentido direcionar os escassos recursos ao pagamento de outros organismos com maior carência de aportes", afirmou a secretaria. "Não há, portanto, por parte do governo, qualquer sinalização de desconstituição ou descontinuidade do Focem."

O Itamaraty pretende aproveitar a presidência rotativa brasileira do Mercosul, que começa nesta semana e vai até dezembro, para quitar as pendências

financeiras brasileiras com o Focem e aperfeiçoar sua gestão. Para isso, porém, ainda depende da equipe econômica.

Paralelamente, o Itamaraty quer implementar um convênio com o Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata) para a administração fiduciária do Focem. Outra ideia é buscar parcerias com agências multilaterais de crédito para colocar o fundo do Mercosul como alternativa de reforço ao financiamento conjunto de projetos na região. Instituições como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o próprio Fonplata poderiam se tornar parceiros.

Enquanto isso, os ministros da Economia e de Relações Exteriores do Mercosul devem discutir hoje uma rubrica orçamentária única para o bloco em cada país-membro. Os gastos giram em torno de US\$ 10 milhões por ano, mas os sócios fazem contribuições isoladas para cada instituição ou organismo específico.

O orçamento anual chega a US\$ 2,8 milhões para a Secretaria Permanente do Mercosul (Montevideu), US\$ 530 mil para a o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Buenos Aires) e US\$ 502 mil para o Instituto Social (Assunção). Em uma tentativa de economia, a Argentina suspendeu as eleições legislativas para o Parlasul, para evitar que deputados do Mercosul tenham despesas parlamentares. Os mandatos serão exercidos por integrantes do próprio Legislativo argentino.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/07/2019

Seção: Metrópole

Autor: Marco Antônio Carvalho

Título: Vale vai pagar R\$ 700 mil a parentes por Brumadinho

Acordo foi fechado com o Ministério Público do Trabalho ontem e prevê outras reparações a dependentes de vítimas

A Vale e o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Minas assinaram acordo ontem com os termos das indenizações a parentes de vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho, em 25 de janeiro. Segundo o MPT, cônjuges ou companheiros, filhos, mães e pais de pessoas que morreram em decorrência da tragédia deverão receber individualmente R\$ 700 mil, valor que engloba reparação ao dano moral e pagamento de seguro por acidente de trabalho; irmãos receberão R\$ 150 mil.

O último levantamento da Defesa Civil do Estado mostra que a tragédia deixou 248 mortos e 22 desaparecidos. Está previsto também o pagamento, a ser concretizado no próximo dia 6 de agosto, de R\$ 400 milhões pela empresa de

mineração a título de reparação ao dano moral coletivo. A empresa declarou que, com o acordo, a Justiça determinou a liberação de R\$ 1,6 bilhão bloqueado.

O Ministério Público aponta que, para reparar o dano material, ou seja, "restaurar a renda mensal das famílias de trabalhadores falecidos", o dependente da vítima receberá pensão mensal vitalícia até a idade de 75 anos. A idade segue a expectativa de vida de um brasileiro, segundo dados do IBGE. O valor não poderá ficar abaixo dos R\$ 800 mil e poderá ser pago em parcela única. O valor, segundo a mineradora, será pago ao núcleo de dependentes.

A Vale disse que, a partir de agora, os parentes poderão se habilitar para receber a reparação, iniciando a execução de um acordo individual. O MPT esclarece que o acordo também prevê estabilidade no emprego de três anos para os empregados da Vale e terceirizados que estavam trabalhando na Mina de Córrego do Feijão, na data do desastre. "Bem como pagamento de auxílio-creche, no valor de R\$ 920 mensais, para filhos com até 3 anos de idade e auxílio-educação, no valor de R\$ 998 mensais, para filhos com até 25 anos de idade."

O acordo inclui ainda plano médico vitalício para os companheiros e até os 25 anos para filhos e dependentes. Para pais e mães de falecidos, o acordo contempla atendimento médico, psicológico, psiquiátrico pós-traumático até alta médica.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/07/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA

Título: Setor privado atenderá 50% da demanda por gás

Para Langoni, ex-presidente do BC e idealizador da quebra do monopólio no segmento, novas empresas ofertarão 24 milhões de metros cúbicos por dia. Mudança é um dos fatores por trás da queda esperada pelo governo de 40% no preço

A abertura do mercado de gás natural vai permitir que quase metade da demanda industrial pelo combustível passe a ser suprida por fornecedores independentes, hoje fora de um mercado dominado pela Petrobras. A estimativa é do economista Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central. Próximo do ministro da Economia, Paulo Guedes, Langoni foi o principal idealizador das novas regras para o setor. Para ele, a entrada de novas empresas no segmento é um dos fatores que contribuirão para a queda de até

40% no preço do produto. Langoni disse ao GLOBO avaliar que a medida é, até agora, a principal marca da política econômica liberal prometida por Guedes.

A quebra do monopólio do setor foi formalizada por uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), editada no fim de junho, com diretrizes para que o setor seja mais competitivo. Na semana passada, a Petrobras assinou um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no qual se compromete a se desfazer de ativos.

Pelas novas regras, a estatal venderá participações em gasodutos, abrindo espaço para concorrentes. Hoje, essas petroleiras têm de vender o combustível para a Petrobras ou reinjetá-lo no solo, porque não têm acesso à infraestrutura de transporte. Langoni estima que a Petrobras use só 46% da capacidade desses equipamentos. A entrada das novas empresas funcionaria, na prática, como uma oferta extra de gás, na ordem de 12 milhões de metros cúbicos por dia.

IMPACTO DA BOLÍVIA

Além disso, a estatal deve deixar de comprar parte do gás importado da Bolívia, algo em torno de 24 milhões de metros cúbicos/dia. Como o acordo prevê a venda do gasoduto que faz a ligação com o país vizinho, Langoni calcula que metade desse volume passaria a ficar nas mãos de outras empresas. Ou seja, a oferta na mão de novos atores nesse mercado chegaria a 24 milhões de metros cúbicos/dia, aproximadamente metade dos 50 milhões de metros cúbicos/dia consumidos pela indústria, nas estimativas de Langoni.

— Como já está em curso

um concurso público de venda de capacidade, é razoável admitir que haverá alguma participação de atores privados na importação de gás boliviano, reforçando o viés de baixa dos preços já em 2020 —afirma Langoni.

Segundo o economista, os preços cobrados no gás importado da Bolívia devem dar a referência do novo mercado. Hoje, a molécula é comercializada por cerca de US\$ 7/ milhão de BTU na Bolívia, mas chega a US\$ 10/milhão de BTU no chamado citygate, que conecta gasodutos a distribuidoras. Essa diferença de US\$ 3 é o que Langoni chama de “spread do monopólio”, que tende a cair. A flexibilização na distribuição, com a figura do consumidor final, também ajudará a reduzir os preços, acabando na prática com o monopólio na distribuição, hoje garantido pela Constituição aos estados.

Para o consumidor, o gás custa entre US\$ 12 e US\$ 14/milhão de BTU. O fim do monopólio na oferta responde por parte da queda de 40% esperada pelo governo. O alto preço foi a razão para o plano, surgido nas reuniões semanais entre Langoni e Guedes, no Rio.

— O ministro está correto quando fala que a redução é de 40%. O fator determinante vai ser o preço do gás na Bolívia — diz Langoni.

Para ele, é uma situação de “ganha-ganha”, em que a Petrobras também tem benefícios ao abrir o mercado. Ele nega que a redução seja artificial:

— É o primeiro grande choque liberal em que você de fato está destravando o mercado, criando condições para que surja algo como uma nova oferta. Esse tem o DNA liberal, tem o DNA de Chicago.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Cenário melhor e longe do ideal

A equipe econômica já trabalha com o que se poderá fazer no Senado para que a reforma da Previdência ande rápido e reinclua os estados e municípios. A atividade econômica teve ontem um primeiro dado positivo em muito tempo, mas os economistas não acham que isso seja o início de alguma retomada. O IBC-Br de 0,54% é visto como um ponto fora da curva, depois de quatro meses de queda. A aprovação da reforma, em primeiro turno, foi comemorada pelo mercado, mas sem a interpretação de que isso resolverá os problemas que levaram à estagnação. O Senado terá todo o apoio da equipe econômica para incluir estados e municípios, segundo se diz no governo. Uma fonte que eu ouvi disse que “agora é a hora do protagonismo de Davi Alcolumbre”.

Se a reinclusão dos estados exigir garantias de que o dinheiro do petróleo será dividido com eles, não haverá obstáculos no Ministério da Economia. Isso é visto lá como um passo importante rumo ao verdadeiro “federalismo”. — Precisamos acabar com o dirigismo. Temos que descentralizar os recursos. Se para isso precisar garantir uma parte dos recursos da partilha, dos royalties e da cessão onerosa para os estados, tudo bem diz um economista do governo. Para isso será preciso aprovar uma legislação específica, fazer o leilão e entender que o dinheiro do petróleo não resolverá todos os problemas, não entrará no caixa rapidamente, nem substituirá a reforma da Previdência. A aposentadoria dos policiais e dos professores tem impactado os estados e municípios, mas justamente esses dois itens foram suavizados pelo plenário da Câmara.

E, claro, é preciso aprovar a reforma em segundo turno. Na economia real, ainda há dúvidas sobre o ritmo da recuperação. O mercado financeiro revisou pela 20ª semana seguida a projeção para o PIB deste ano, para 0,81%, e cortou o número do ano que vem, para 2,1%. O governo reduziu sua estimativa para

este ano, de 1,6% para 0,8%. Na visão do economista-chefe da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini, a reforma da Previdência sozinha não garante o crescimento sustentável, e o governo não tem o que fazer para impulsionar a economia no curto prazo:

— A reforma pode até ser uma faísca para acender o crescimento, o problema é que a economia não tem combustível para crescer. Os empresários têm dúvidas em relação à demanda, quem investiu nos últimos tempos se deu mal. Enquanto não houver certeza de que o consumo vai voltar, será difícil destravar o investimento. A aprovação da reforma favorece o cenário de corte de juros pelo Banco Central. A expectativa de parte do mercado financeiro é de que a Selic comece a cair na reunião do final deste mês, de 6,5% para 6%, e termine o ano em 5%.

Mas isso não é garantia de que as taxas ficarão mais baratas para o consumidor final. — Nenhuma empresa pequena ou média consegue empréstimo a menos de 30% ao ano, mesmo com a Selic a 6,5%. O spread continua muito elevado, apesar de todo o esforço do Banco Central — afirmou Buccini. No cenário externo, permanecem as incertezas. A China anunciou que cresceu no segundo trimestre à menor taxa em 27 anos. Traria euforia para qualquer país, porque foi 6,2%, mas isso preocupou os mercados ontem.

O Banco Central americano interrompeu a alta dos juros, e isso significa que vê problemas para o crescimento mundial. Na Argentina, que é o principal destino dos nossos produtos industriais, há eleições em outubro com chance de vitória do candidato da oposição Alberto Fernández. Em entrevista ao jornal “Clarín”, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, já falou em “atritos” na relação entre os dois países, em caso de vitória de Fernández. Tudo isso deixa o horizonte mais nebuloso, porque na projeção para o PIB do ano que vem a indústria tem um papel fundamental, com alta de 3%. Se ela falhar, jogará o PIB para baixo.

A equipe econômica estuda medidas para destravar a economia. Mas cometerá um erro se tentar buscar o crescimento a qualquer custo no curto prazo. O cenário está assim: há uma boa expectativa por causa da reforma da Previdência, mas a economia permanece gelada, o mundo está ficando mais complexo, e com o presidente da República não se pode contar. Seu pensamento sempre está longe do foco. Ontem, achava que o principal problema do país era a taxa de Fernando de Noronha.

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/07/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Rompimento na Bahia mostra que controle de barragens ainda é falho**

Agência Nacional de Águas diz que fiscaliza menos de 1% das represas e que estados não enviam dados

O rompimento da barragem de Quati, em Pedro Alexandre, nordeste da Bahia, na manhã da última quinta-feira, deixou pelo menos duas mil pessoas desalojadas e mais de 300 desabrigadas em dois municípios —Coronel João Sá, a 45 quilômetros de distância, também foi atingido —e reavivou na memória dos brasileiros o temor de acidentes com represas. O colapso teria sido causado pelos grandes volumes de chuva que elevaram os níveis do Rio do Peixe. Felizmente, não houve mortes, mas os prejuízos para as cidades são enormes.

Mais uma vez, desacertos verificados em acidentes mais graves, como os de Mariana e Brumadinho, se repetiram. Como noticiou o site G1, de início o governo da Bahia informou que a represa, construída em 2000, não havia se rompido, mas apenas transbordado. Mesmo que as prefeituras de Pedro Alexandre e Coronel João Sá confirmassem o rompimento. Por óbvio, o governo de Rui Costa (PT) teve de voltar atrás, pois, de fato, houve o colapso.

O atendimento à população também expôs situações bizarras. Em alguns lugares, o Corpo de Bombeiros não conseguiu chegar até os moradores porque as estradas estavam alagadas. Imagina-se que não havia um plano mínimo de contingência para situações desse tipo.

Apesar de não ter deixado mortos ou feridos, o acidente provocou graves transtornos às cidades, em especial Coronel João Sá. Em algumas regiões, a água chegou a 1,5 metro de altura. Moradores perderam móveis e eletrodomésticos, casas foram parcialmente destruídas e pontes se romperam, deixando parte da população ilhada.

O acidente na Bahia é mais um a pôr em xeque o controle sobre a segurança dessas estruturas. Estima-se que existam no país cerca de 24 mil barragens de todos os tipos. Após as tragédias de Mariana e Brumadinho, o foco naturalmente foi dado às represas de rejeitos de mineração, que são cerca de 800. Mas, sobre as de água, em torno de 22 mil, pouco se fala. Como mostrou o "Jornal Nacional" no sábado, a Agência Nacional de Águas (ANA) diz que é responsável pela fiscalização de menos de 1% do total de barragens e que não dispõe de dados sobre a situação de todas porque os estados não os repassam.

Depois do rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, que deixou 248 mortos e 22 desaparecidos, houve uma série de ajustes na legislação para torná-la mais rígida e melhorar o controle sobre a segurança das represas. Pensava-se que vizinhos dessas estruturas estariam mais seguros. Mas, pelo visto, pouca coisa mudou. De modo geral, o monitoramento continua falho, planos de contingência inexistem, e órgãos de fiscalização estaduais e federais parecem não se comunicar. Enfim, o pesadelo continua.

MME / ASCOM .